

## Editorial

O segundo número do ano de 2016 da Revista Educação Especial (UFMS) traz 16 artigos inéditos com temas variados sobre o campo da Educação Especial. São apresentados artigos teóricos e empíricos de procedência tanto nacional quanto internacional.

O primeiro aborda o processo de avaliação e intervenção nos Transtornos do Espectro do Autismo. Os autores portugueses Helena Isabel Silva dos Reis, Ana Paula da Silva Pereira e Leandro da Silva Almeida discutem a complexidade do conceito e elaboração do diagnóstico deste transtorno, atentando para a necessidade de instrumentos que avaliem acuradamente seus sinais para desenvolver um plano de intervenção que seja eficiente.

Reflexões sobre a intervenção nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) como facilitadora do processo inclusivo é o tema da Professora Denize Cristina Kaminski Ferreira. Através da análise de questionários respondidos por professores de salas multifuncionais de escolas públicas e informações da Coordenação de Educação Especial de Curitiba, o estudo mostra a necessidade de fomentar a ruptura com práticas excludentes e discriminatórias de inclusão. Destaca também as peculiaridades da educação especial do estado do Paraná que, além do público-alvo determinado pela legislação federal, estende o atendimento a alunos com transtornos funcionais específicos.

Zenilda Nogueira Sales, Ramon Missias Moreira e Edvaldo Souza Couto investigaram as representações sociais de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior a respeito do convívio acadêmico. A teoria das representações sociais foi utilizada como referencial para um estudo de caso descritivo-exploratório realizado na Universidade Estadual da Bahia. A análise de conteúdo gerou categorias sobre as dificuldades e limitações e sobre as relações interpessoais que revelaram um despreparo da universidade e seus profissionais para atender adequadamente as necessidades de seus alunos.

O quarto artigo deste número pesquisa sobre como a Síndrome de Down vem sendo conceituada em três diferentes países: Brasil, Estados Unidos e Espanha. A pesquisadoras da Universidade de São Carlos, Bruna Cristina Comin e Maria da Piedade Resende da Costa buscaram responder a essa questão através de um ensaio teórico caracterizado por revisão bibliográfica. A análise de trabalhos disponíveis no google books e google acadêmico, Sociedade de pessoas com Síndrome de Down e diferentes revistas destes países mostrou que as associações e ONGs brasileiras encontram-se desvinculadas umas das outras, com exceção das APAEs.

Para investigar as habilidades sociais e a inclusão de uma aluna cega, um grupo de pesquisadoras do estado de Sergipe analisou, através de um delineamento multimétodos, o estudo de caso de uma criança com cegueira total. Foram utilizados registros em vídeo da interação social no ambiente escolar e respostas de pais e pro-

fessores a um instrumento sobre habilidades sociais. Os resultados mostraram que a criança interagia mais com as professoras de sala de aula e da sala de recursos do que com os colegas videntes, possivelmente pelas dificuldades em determinadas classes de habilidades sociais.

Dando continuidade aos estudos sobre cegueira, as pesquisadoras paulistas Vivian Santos, Amanda Cristina dos Santos Pereira, Paulo Eduardo Zorel, Ailton Barcelos da Costa, Maria Amelia Almeida e Marcia Duarte pesquisaram o acesso à literatura por pessoas com esta deficiência. Através de uma metodologia mista, analisaram as entrevistas de cinco pessoas cegas, agrupando as respostas por blocos temáticos. Observaram que tanto o braille quanto áudio-livro possuem implicações positivas e negativas, fazendo com que as pessoas cegas tendam a optar por ambos, apesar do braille prevalecer.

Tecendo reflexões sobre psicanálise e educação, a Professora Cristiana Carneiro enfoca a concepção de destino em Freud. A autora argumenta que pensar a trajetória temporal dos sujeitos enriquece a discussão quanto ao lugar do outro na ação educativa, o que, por sua vez, é trazido como elemento indispensável nas práticas inclusivas. O estudo conclui que a aceitação da diferença é poder conviver com nossa própria condição de desconhecimento em relação a nós mesmos, e que o caminho humano é marcado por certa errância.

Uma análise das pesquisas realizadas no Brasil, após a promulgação, em 2008, da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no que tange a escolarização de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, constitui a discussão do artigo “Escarização de jovens e adultos com deficiência nas pesquisas de pós-graduação no período de 2009 a 2015”, de autoria de Valéria Becher Trentin. A partir de uma pesquisa bibliográfica a autora pôde visualizar a predominância de relatos acerca da fragilidade das estruturas na Educação de Jovens e Adultos para o atendimento educacional à pessoas com deficiência, bem como as dificuldades vivenciadas para oferecer atividades acadêmicas efetivamente enriquecedoras e eficazes para a inclusão destes jovens e adultos.

Na sequência, o artigo “A história da educação de alunos com surdez: ampliação de possibilidades?”, das autoras Samara Rodrigues Cruz e Doracina Aparecida Castro Araujo, propõe um estudo sobre questões referentes aos surdos no Brasil. A análise construída via pesquisa bibliográfica possibilitou compreender que durante muito tempo os métodos de ensino e as práticas pedagógicas realizadas foram submetidos ao fator linguístico e abordados com o objetivo de sustentar a defesa da linguagem oral ou a língua de sinais. Ao concluir, as autoras apontam que as possibilidades sociais, mais especificamente, as educacionais, da comunidade surda, foram ampliadas, se consideradas as conquistas de pessoas com outros tipos de deficiência.

A educação de surdos é também objeto de discussão do artigo “As possibilidades da inclusão do aluno surdo no curso de Ciências Biológicas”, de autoria de Tatiane Aparecida Silva, Luiz Antonio Silva e Vanessa Suzuki Kataguirí. Construída

a partir de uma pesquisa que objetivou avaliar as condições e as necessidades de um aluno surdo durante as aulas teóricas e práticas do Curso de Ciências Biológicas UFU-FACIP, a discussão indica que o pouco conhecimento e convivência dos discentes, docentes e técnicos em relação aos surdos torna essa interação uma novidade na Universidade, o que resulta grandes dificuldades para descrever o impacto da interação com um aluno surdo em sala de aula.

Interessada em entender como dotação e talento podem se manifestar e serem reconhecidos pela sociedade e cultura na qual a pessoa está inserida, a autora Denise Rocha Belfort Arantes, no artigo “Os talentos e a cultura: a trajetória de Anita Malfatti” apresenta uma análise da biografia da pintora expressionista Anita Malfatti (1889-1964), ressaltando que é preciso reconhecer socialmente as diferenças e valorizá-las, oferecendo as pessoas condições para expressão de suas habilidades.

O terceiro artigo sobre surdez, de autoria de Silvana Marques da Silva, Benedito Rodrigues dos Santos e Gabriel Artur Marra e Rosa, se propõe a uma revisão crítica da literatura especializada investigando características da identidade dos surdos. Verificam que, não obstante aos avanços da legislação da inclusão, ainda há contradição nas práticas inclusivas, acentuando a opressão e exclusão dos surdos, condicionando-os a expressarem sua identidade de acordo com o padrão majoritário da sociedade ouvinte. Concluem que há necessidade de uma mudança no processo de inclusão dos surdos para que sejam atendidas outras demandas para além da língua.

Dando sequência a discussão na área das altas habilidades/superdotação, o último artigo da edição, “Revisão de literatura sobre aspectos das avaliações para Altas Habilidades/Superdotação”, de autoria de Naila Mattos Iorio, Fernanda Ferreira Chaves e Alexandra Ayach Anache, apresenta uma pesquisa bibliográfica visando evidenciar pesquisas referentes às avaliações para Altas Habilidades/Superdotação no Brasil. A partir de um levantamento no Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas do Nível Superior, sob o recorte cronológico de 1989 a 2012, os autores inferem que há a necessidade de mais empreendimentos científicos na área da superdotação, bem como em sua interlocução com as avaliações psicológicas no Brasil.

A educação inclusiva é foco da investigação de Carla Mercês Rocha Jatobá Ferreira e Tatiane Felipe Lopes. As autoras destacam elementos discursivos, situações observadas e opiniões de professoras e alunos quanto à educação inclusiva em duas escolas públicas de uma cidade do interior mineiro. Os resultados revelam o desconforto e queixa pelo despreparo pedagógico das docentes. Destacam ainda a urgência de mudanças no olhar das professoras, para que sejam minimizados os ‘déficits’, enfocando nas possibilidades educativas dos alunos.

Ainda sobre formação docente, as pesquisadoras Miriam Ines Marchi e Tânia Nússia da Costa Silva escrevem sobre a formação continuada de professores sobre tecnologias assistivas para deficientes visuais em duas escolas Estaduais de ensino médio em Boa Vista/RR. Para a promoção de novas práticas pedagógicas, foi promovido

um curso sobre o Meccadaisy, que é uma tecnologia brasileira que traz sintetizador de voz (narração e permite combinar texto, áudio e imagens para representar conteúdos). Essa formação continuada possibilitou a reflexão e o crescimento tanto pessoal como profissional e a mudança nas práticas pedagógicas nessas escolas.

Carlo Schmidt

*Editor Científico*

Eliana da Costa Pereira de Menezes

*Editora Científica Assistente*

Clenio Perlin Berni

*Editor Gerente*